

A CONDIÇÃO PERIFÉRICA BRASILEIRA NA ERA DO CAPITAL ESPECULATIVO PÓS 1994: ESTÁGIO SUPERIOR DA DEPENDÊNCIA

Fernando Augusto de Assis¹

Resumo

Este artigo tem por finalidade contribuir à compreensão das transformações do capitalismo dependente brasileiro a partir de 1994, quando se estabelece o processo de consolidação do modelo neoliberal através do Plano Real, analisando os novos mecanismos de apropriação privada do excedente econômico e as relações sociais que organiza, tendo como enfoque o crescente protagonismo dos capitais fictício e parasitário. Para tanto, pretende avançar sobre a hipótese de que a crescente inserção do capital fictício e a enorme dívida pública/privada exigem, ao mesmo tempo em que possibilitam, três processos interconexos e dinâmicos: em primeiro lugar, o aumento da fetichização/obscurecimento das relações sociais que organizam a apropriação privada do excedente econômico; em segundo, a importância de estruturas supra individuais de apropriação da mais-valia (especialmente o Estado), da qual a dívida pública (e o capital fictício ligado a ela) seria um exemplo; em terceiro, a paulatina especialização produtiva nacional em função do chamado *rentismo*. Partimos do pressuposto de que se trata de fenômeno estrutural que explicita o aumento e a atualização da dependência da economia brasileira, e que atua indissociavelmente à precarização das condições de vida dos trabalhadores.

Palavras-chave: capitalismo dependente brasileiro; crise; capital fictício; marxismo.

1. Introdução

O desenvolvimento atual do modo de produção capitalista tende também no Brasil, a priorizar e impulsionar novas e importantes formas de expropriação do excedente econômico dos produtores diretos (trabalhadores) tendo os capitais fictício e parasitário como nexos cada vez mais fundamentais entre os sujeitos econômicos. E isto, em função de manifestar-se no país, ainda que de maneira específica, as contradições fundamentais do capitalismo contemporâneo: *“cada vez o sistema produz menos valor y plusvalor e isso castiga as taxas media e extraordinária de lucro e o sistema se volta à especulação constituindo o capital fictício o principio*

¹ Mestre em Sociologia econômica pela Universidad Nacional de San Martín – UNSAM (Argentina).

hegemônico do sistema que reforça o Estado capitalista.” (SOTELO, 2018).²

Estes mesmos elementos apontam que o estágio mais agudo do caráter fetichizado das relações sociais, tal qual o descreveu Marx, é dado hoje pela dominação do capital fictício, que através da criação monetária *ex nihilo* (do nada) como títulos da dívida pública e bônus do tesouro negociados no mercado, assim como o crédito cedido por instituições sem lastro real³, exercem uma gigantesca pressão sobre os salários e a renda dos trabalhadores de forma oculta, indireta e velada. A origem da riqueza e a fonte do entesouramento de alguns, torna-se assim, algo misterioso, místico ou invertido (fetichizado), resultado do valor imanente a documentos e transações, sem qualquer relação direta e necessária com o trabalho humano. Mas dialeticamente, é ao mesmo tempo a expressão mais explícita, moderna e acabada tanto do próprio sistema quanto do paulatino aumento do “caráter supérfluo dos comandantes do trabalho social” (MARX, 2011, p.317), ou seja, dos capitalistas, por desvelar sua condição defraudadora por natureza.

Deve-se salientar, entretanto, que o outro componente com o qual isto se relaciona como unidade dialética, é o incessante aumento dos nexos, elos e relações entre os indivíduos, como resultado do desenvolvimento histórico da cooperação produtiva, entendida tal qual Marx a examina no capítulo de mesmo nome (XI) de *O Capital*, e que se expressa também na circulação, como “socialização contraditória” através do crédito tornado social. Esta socialização através do sistema bancário, fundos de pensão, Estado, etc., que resulta na transformação de parte dos próprios assalariados em prestamistas evidencia, ao passo que oculta, que as próprias condições de produção se tornam eminentemente *sociais* em todos os sentidos.

O crédito tornado social como efeito da histórica monetarização das relações sociais e das modernas exigências da escala da produção, encontra em sua forma fictícia sua faceta mais *mistificadora*, tanto de seu efeito, o lucro privado e sua centralização; como de sua origem, a riqueza social, tendo a finalidade deste crédito tanto a produção, como a especulação ou a pura fraude/estafa.

² Tradução nossa.

³Referimo-nos àquelas instituições que operam com “valores” fictícios, tal qual bônus, seguros negociáveis, derivativos em geral, etc.

Segundo a tradição teórico-metodológica da Teórica marxista da dependência, de Ruy Mauro Marini e contemporâneos, as relações de produção típicas da zona semiperiférica brasileira se caracterizam por um nível de exploração *estrutural* particular que denotaria uma “super-exploração” do trabalho (venda da força de trabalho abaixo de seu valor), fruto de um processo de industrialização que se formou simbioticamente (mesmo que não ausente de antagonismos que más tarde se mostrariam inexoráveis) a uma estrutura agrária oligopólica e exportadora herdada da condição colonial e escravista. Tal simbiose se concretizou sobre tudo via sistema bancário, o que explicou “amplamente”, segundo Marini, “o comportamento político indefinido e duplo dos banqueiros brasileiros”. (MARINI, 1969: pág. 84).

As contradições geradas por este modelo de desenvolvimento industrial chocariam fatalmente com limites em termos de restrição creditícia e de mercado interno, os quais são parcialmente sanados através de uma associação com o capital estrangeiro sob a forma de uma “cooperação antagônica” (Já na década de 1950). Esta associação subordinada possibilita a formação de uma indústria pesada e de produção de produtos suntuários como alternativa às limitações que o atrofiado mercado interno impunha à indústria inicialmente leve. O resultado disso é a internacionalização industrial (dependente) e uma precoce e *sui generis* centralização e formação de capital financeiro, que sofre segundo o autor, um “extraordinário desenvolvimento”, já em 1968. (MARINI, 1974).

Partindo destes elementos, propomos que o endividamento dos países dependentes nos anos 1980, e o assédio dos excedentes europeus (eurodólares) aos países periféricos nos anos 1990, que aceleraram o efeito rentista⁴ nestas economias, significam um salto de qualidade desta mesma dependência suscintamente descrita.

2. Dependência versus capital fictício

No Tomo III de *O Capital*, Karl Marx denomina “capital fictício” a

⁴ Por rentismo, entendemos a especialização da estrutura econômica nacional no sentido da remuneração das instituições creditícias parasitárias, em detrimento do incremento do parque industrial. In: OURIQUES, Nildo. A República Rentista. Disponível em: <<http://nildouriques.blogspot.com.br/2016/12/a-republica-rentista.html>>. Acesso em: 13 de Julho de 2017.

elementos que no âmbito da circulação cumprem funções monetárias (como capital portador de juros) dinamizando e acelerando seu movimento, sem corresponder, entretanto, a bens ou serviços realmente existentes, tal como promissórias, ações, títulos de dívidas, etc. Atualmente, a importância e o volume da forma fictícia do capital nos ciclos de reprodução do capitalismo é um elemento fundamental, não somente como maneira de dinamizar e acelerar suas rotações através do crédito, nem apenas como dispositivo para estender o período de acumulação anterior, mas também para tornar possível a reprodução ampliada dos capitais produtivos e improdutivos, dado as imensas proporções a que chegaram.

Ademais de sua função de postergar os limites da circulação de um ciclo histórico dado, parece instaurar paulatinamente novas e potentes formas de apropriação privada do excedente do trabalho social como prerrogativa e ao mesmo tempo como necessidade. Por isso, a centralização que o capital vai adquirindo em suas manifestações fictícia e parasitária⁵, junto ao enorme aumento da composição orgânica do capital, parece sugerir o alçamento de dispositivos indiretos de apropriação da mais-valia, assim como do aumento da forma absoluta desta (mais valia absoluta), à condição de *cruciais* para a reprodução sistêmica. Referimo-nos, por exemplo, à dívida pública e, como discutiremos mais adiante, ao crônico endividamento pessoal como condição para a reprodução da força de trabalho; e desta maneira, à paradoxalmente lenta e contínua perda de dinamismo da mais-valia relativa (que não obstante segue incrementando-se) em relação a sua forma absoluta, sobretudo em países dependentes periféricos.

O tema da dívida pública nas últimas décadas e, sobretudo nos últimos anos, parece tornar-se assim um elemento estrutural não apenas pela ação dilapidadora de alguns capitais especulativos privilegiados em contextos específicos. Sua centralidade expressa também a vinculação do crédito tornado cada vez mais *social* às necessidades dos capitais produtivos altamente centralizados, papel até

⁵ “O capital especulativo parasitário resultaria da conversão da forma autonomizada do capital a juros ou capital portador de juros quando este ultrapassa os limites do que é necessário para o funcionamento normal do capital industrial. Sua lógica especulativa própria chega a contaminar até mesmo as funções produtivas, autonomizadas ou não, e, assim, o que constituía capital industrial converte-se em capital especulativo. Este, como síntese dialética do movimento de suas formas funcionais, tem o capital especulativo parasitário como polo dominante”. (CARCANHOLO; NAKATANI, 1999)

então cumprido quase exclusivamente pelo capital privado de empréstimo, via sistema bancário. A estatização de dívidas privadas durante a última ditadura militar brasileira, e em especial, os enormes subsídios de que gozaram algumas corporações via BNDES nos últimos anos é prova disso. Portanto, os métodos de apropriação do excedente do trabalho social via Estado são necessidades geradas a partir tanto dos impedimentos criados pela superprodução de capitais e suas tendências especulativas daí decorrentes, como também resultado das enormes dimensões das composições orgânicas dos capitais produtivos. A gigantesca pressão sobre o trabalho nas formas de compressão salarial e encarecimento do custo de vida aparece como inexorável tendência da superprodução de capitais em ambas as formas: produtiva e improdutiva (remuneração do rentismo parasitário), formas as quais, dada à importância dos canais mencionados tanto de apropriação do excedente social como de crédito, vão perdendo sua identidade outrora bem definida, associando-se reciprocamente. Isto fica evidenciado pelo volume cada vez maior, no balanço das grandes empresas produtivas que atuam no país, de ativos oriundos de suas atividades puramente financeiras de natureza especulativa. .

Karl Marx, no Tomo III de *O Capital*, parte das gigantescas dimensões do sistema creditício que se baseava na concessão mútua de crédito entre os próprios capitalistas industriais e comerciais através, por exemplo, das letras de cambio (MARX, 2011, p.671-672). Segundo o autor, o sistema creditício é uma força impulsora do capitalismo “até sua forma última e suprema possível”. (MARX, 2011, p.781). Entretanto, não podemos nos omitir sobre os sentidos específicos que guardam estas palavras na obra do autor e recordar que para Marx, tais formas “últimas” e “supremas” dizem respeito também ao desenvolvimento máximo dos elementos de fetiche e contradição inerentes à natureza do modo de produção em questão.

De fato, nos últimos anos verificamos que com o processo de estatização das dívidas privadas (salvamento bancário) originadas pela crise derivada da “alavancagem” dos produtos financeiros (seguros, hipotecas, títulos, bônus, derivativos, etc.), resultado de mais de três décadas de paulatina desregulação (sobretudo na década de 1990), duas modalidades de capital fictício aparecem diretamente ligadas à moderna função financeira dos Estados nacionais: a enorme

criação monetária (sobretudo nos EUA) e a emissão de títulos públicos em grande escala. Segundo auditoria feita pelo departamento governamental de contabilidade dos EUA, o banco central estadunidense (FED) foi responsável pela injeção de nada menos que 16 trilhões de dólares no sistema bancário daquele país, depois da crise de 2008, recebendo somente o Citigroup (um dos credores da dívida “pública” brasileira) a quantia de 2,5 trilhões de dólares. (FATORRELI, 2012). Para o caso brasileiro, Rosa Marques e Paulo Nakatani, no artigo *La crisis mundial y la economia brasileira*, expõem a blindagem feita pelo governo brasileiro em 2009 às empresas e setores ligados diretamente à atividade especulativa: permissões feitas pelo poder executivo ao Banco do Brasil em 2009 para empréstimos sem licitação às empresas de seguros e capitalização, e também permissões de compra de carteiras de bancos e empresas financeiras em dificuldades, assim como diminuição de exigências outrora feitas aos bancos. (MARQUES e NAKATANI, 2011).

Estes eventos marcam circunstâncias sem precedentes nas quais se articularam as forças sociais responsáveis por levar a cabo a tentativa de recuperação das crises. Em primeiro lugar, pelos valores e o correspondente peso social de seu dispêndio. Segundo, pela natureza contraditória das medidas a nível mundial, já que pela primeira vez na história, os capitais e instituições, sustentáculos das características especulativas e parasitárias da atividade econômica nas ultimas décadas, saíram ilesas e fortalecidas das iniciativas que visaram recuperar a atividade econômica. Exemplo e corolário disto é o assustador processo, mais uma vez, de valorização fictícia que está em curso em nível mundial, substancialmente maior que o de 2008 quando se deu o início da crise mundial. No gráfico da agência *Standard & Poor's* (2018), o valor das 500 ações mais importantes negociadas nas bolsas dos EUA (S&P 500):



Referimo-nos logicamente, aos capitais que não sucumbiram e que são, portanto, vencedores da centralização resultante. E o que talvez seja o mais importante, os próprios recursos para efetuar essas medidas são de natureza eminentemente fictícia, sem qualquer base em riqueza efetiva. Ainda que relações de privilégio de alguns capitais com os Estados Nacionais são comuns na história do capitalismo, vislumbra-se desta maneira um possível salto de qualidade na função social dos Estados Nacionais.

Chama a atenção o fato de que o consenso das classes dominantes no Brasil em torno a este pacto de classes é tão grande, que parece obliterar os outrora decisivos antagonismos entre os capitais financeiros, industriais e agrícolas, que marcaram tantas rupturas históricas, oriundas das disputas em torno das políticas econômicas e dos excedentes administrados pelo Estado brasileiro.

Estes consensos parecem hoje estar organizados não apenas, mas fundamentalmente, em torno da centralidade da dívida pública brasileira que viabiliza os enormes subsídios ao agronegócio, o parasitismo do rentismo das finanças, e parte da valorização cambial que impulsionou não só este parasitismo, como também os capitais comerciais importadores e o capital industrial mais concentrado. Este último, através do grande aumento de sua capacidade de importar capital fixo, com grande reflexo em sua produtividade e obviamente, no aumento da dependência tecnológica nacional⁶.

Além disso, estes elementos parecem apontar para um profundo aumento da vulnerabilidade externa que se traduz também numa diminuição cada vez mais dramática e definitiva de instrumentos soberanos de política econômica nas mãos do Estado.

Sincronicamente, apesar da ilusória contra tendência ao aumento da exploração da força de trabalho que vimos no breve período de crescimento após 2003⁷, a expansão percentual da industrialização ligada às *commodities*, ou seja, a *reprimarização econômica* (GONÇALVEZ, 2013), (OSORIO, 2013) e o grande

⁶O que se evidencia pelo fato de que o coeficiente de penetração das importações na indústria de transformação passa de 11,0 em 2002 a 16,4 em 2010, assim como o aumento da dependência tecnológica detectada pela razão entre os gastos com importações de tecnologia (bens e serviços) e os gastos com P&D, que sobem de 2,4 a 3,7 no mesmo período. (GONÇALVEZ, 2013, p.18).

⁷ Como se entende da investigação do ex-diretor do IPEA, Marcio Pochmann, reunida em POCHMANN, Márcio. *Nova classe média?* São Paulo: Boitempo, 2012.

crescimento do investimento estrangeiro líquido em carteira, que alcançou 384,6% entre 1991 e 2011 (ROSA e NAKATANI, 2013), parecem reforçar ainda mais a venda da força de trabalho abaixo do seu valor (*super-exploração*) como elemento central da posição brasileira na divisão internacional do trabalho. Mas pela primeira vez, essa característica parece relacionada e reforçada pelos imperativos da valorização dos capitais especulativos fictícios e parasitários, fato que se deduz do caráter essencialmente especulativo dos fluxos de capitais que ingressaram no país nas últimas décadas.

O dinheiro que engendra dinheiro (juros) somente pode existir enquanto for meio de apropriar-se de trabalho alheio, trabalho impago. Daí que seu empoderamento em suas formas fictícia e parasitária significa uma pressão maior sobre o excedente e sobre o valor ainda nem sequer criado. Esta pressão, somada às tradicionais condições de venda de grande parte da força de trabalho abaixo do seu valor no Brasil, pode ser a explicação para o fato de que durante o expressivo aumento da atividade econômica brasileira que acompanhou o chamado “boom” das exportações a partir de 2003, as relações de trabalho não apresentaram a mínima capacidade de superar a histórica característica que as determinam nos países dependentes: a *super-exploração* da força de trabalho, tal como a conceituou na década de 1970 o sociólogo Rui Mauro Marini (MARINI, 2005). Segundo economistas como Dércio Munhoz (2015), Carcanholo (2015) e outros, o momentâneo ganho salarial dos trabalhadores brasileiros foi possibilitado por fatores ligados a um contexto econômico e político determinado que deve ser contextualizado. Além disso, 76% dos trabalhadores recebiam até 3 salários mínimos no período, e 94,8% do total dos 21 milhões de postos de trabalho criados durante a década de 2000 correspondiam a salários de até 1,5 mínimos mensais, segundo dados do IPEA. (POCHMANN, 2012). Além do aumento da atividade causada principalmente pela evolução dos preços externos das commodities em que o Brasil possui vantagens comparativas, o ganho real dos salários esteve ligado à manutenção artificial tanto do índice inflacionário, através do adiamento dos reajustes dos chamados preços administrados (luz, água e combustível), quanto da taxa de câmbio que permitiram o aumento do consumo principalmente de mercadorias importadas ou com importante incidência de importações em seus custos de

produção.

Ambos os elementos foram importantes fatores não só de um grave ônus para estes setores produtivos (déficit de investimento) como de alto endividamento do Estado. Principalmente a elevada taxa de câmbio, através da imensa demanda de dólares necessária a tal política. Da mesma forma, o imenso custo financeiro das reservas monetárias (R\$ 700 bilhões),⁸ necessárias para sinalizar ao mercado a solvência do Estado, principalmente diante da dívida pública e da enorme liberalização do fluxo internacional de capitais durante o governo Lula. No período, permitiu-se que o passivo na posição internacional de investimentos saltasse de US\$ 343,4 bilhões em dezembro de 2002 para US\$ 1,4 trilhões em Julho de 2011, provocando um crescimento do capital especulativo de quase 400% (MARQUES e NAKATANI, 2011).

Destas contradições sucintamente descritas, intrínsecas ao pacto de classes chamado de Plano Real, se extraem os indícios do forte aumento das determinações do capital especulativo transnacional na dinâmica da economia dependente.⁹

Posto que o trabalho é fator fundamental desta estrutura e seus nexos, os Estados recordistas em trabalho escravo na última listagem da Secretaria (Federal) de Inspeção do Trabalho estão em regiões com alto índice de IED's e de investimentos produtivos públicos como Minas Gerais, Pará e São Paulo (inclusive obras do PAC).¹⁰ Apesar de serem casos extremos, sinalizam uma relação estreita entre a especialização produtiva incentivada pelo Estado nacional e os setores que, junto ao setor financeiro, foram alvos privilegiados tanto do capital internacional quanto do investimento público como infraestrutura, matérias primas e energia.

Faltaria aqui mencionar os vínculos dos gastos nacionais através do BNDES

⁸ Reserva originada a partir da venda de títulos públicos a taxas muitas vezes superiores à SELIC. In.: MUNHOZ, Dércio Garcia. *Alta de juros*. 2015. Disponível em: <<http://www.aepet.org.br/faixalivre/pagina/541/Programa-Faixa-Livre-26082015>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

⁹ Segundo o professor Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, no Brasil, a razão entre os ativos totais dos 50 maiores bancos e os ativos das 500 maiores empresas, que era de 0,99 em 2002, já se encontrava para o ano de 2010 em 1,75. In.: GONÇALVES, Reinaldo. *Brasil Negativado, Brasil Invertebrado: Legado dos governos do PT*. 2013. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/r_goncalves_brasil_negativado_28_02_2013.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

¹⁰ Sobre o tema, ver SAKAMOTO, Leonardo. “**Lista de Transparência**” traz 421 nomes flagrados por trabalho escravo. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/09/08/lista-de-transparencia-traz-421-nomes-flagrados-por-trabalho-escravo.html>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

com o tesouro nacional e este, por sua vez, com a dívida pública retroalimentada pelos capitais especulativos que parasitam em torno dela. De fato, segundo artigo de Chico Santos, publicado no jornal Valor Econômico:

Os empréstimos do Tesouro Nacional ao BNDES são a fonte de mais da metade dos desembolsos do banco para empresas e projetos de infraestrutura. Dos R\$ 285 bilhões que o Tesouro foi autorizado a emprestar ao banco de fomento de janeiro de 2009 até setembro deste ano, R\$ 250,2 bilhões já foram sacados. Somados aos retornos desses financiamentos, são R\$ 276,6 bilhões em empréstimos. O valor corresponde a 51,4% dos desembolsos totais de R\$ 538,2 bilhões feitos pelo banco estatal nesse período. (SANTOS, 2012)

Por outro lado, a ligação dos aportes do BNDES (ao investimento público e à iniciativa privada) com o endividamento público, fica mais que evidente:

Para o economista do IPEA, Mansueto de Almeida, os repasses também estão ajudando a elevar o endividamento público. Em 2007, R\$ 8,2 bilhões da dívida pública tinham origem em empréstimos feitos ao BNDES e representavam 0,7% da dívida pública líquida (de R\$ 1,1 trilhão) ou 0,48% da dívida pública bruta (R\$ 1,7 trilhão). Até setembro, os repasses ao BNDES (incluindo os R\$ 250 bilhões da política anti-crise, outros repasses e os valores do Fundo da Marinha Mercante) passaram a representar 21,7% da dívida líquida (R\$ 1,5 trilhão) e 13% da dívida bruta (R\$ 2,5 trilhões). (SANTOS, 2012)

Se ato seguido, lembrarmos que segundo o Banco Central, dos 14 bancos detentores da dívida pública brasileira em março de 2014 apenas três eram brasileiros, e que dentre eles estão vários dos maiores especuladores e detentores de capital fictício do mundo como JP Morgan, Citibank e Goldman Sachs, ficam evidenciados os vínculos e relações que queremos examinar e extrair seus significados.

Quanto ao capital fictício e a fetichização, para François Chesnais o modo de produção capitalista se encontra em um período de desenvolvimento de suas contradições sem precedentes, cuja importância do capital fictício é tal, que engendra espaços de valorização que se configuram como um “(...) circuito fechado, interno da valorização do capital, de políticas macroeconômicas públicas e de fusões-aquisições, todas fundadas em capital fictício” (CHESNAIS, 2009, p.120).

Para Reinaldo Carcanholo e Mauricio Sabadini:

A existência e a magnitude do capital especulativo parasitário fez com que a contradição principal da atual fase do capitalismo seja a que existe entre a apropriação e a produção do excedente-valor produzido socialmente. (...). O avanço tecnológico tem papel importante, mas como mecanismo de transferência de mais-valia (por meio dos lucros extraordinários e das rendas de monopólio) e não como produtor da mesma (salvo pelo mecanismo da mais-valia relativa, mecanismo este mais que neutralizado, no que se refere à taxa de lucro, pela elevação da composição orgânica do capital). (CARCANHOLO e SABADINI, 2008, p.22).

Em investigação realizada para a conclusão do curso de mestrado em Sociologia econômica (ASSIS, 2015), procurou-se evidenciar parte destes complexos vínculos sociais tomando como estudo de caso a faraônica e criminosa hidroelétrica de Belo Monte, nas proximidades da cidade paraense de Altamira. Constatou-se que o valor da obra (estimado em possíveis 44 bilhões de reais, (CHIARETTI, 2010)); bem como os ainda incalculáveis custos sociais e ambientais; *os capitais nacionais e estrangeiros* beneficiados tanto com a obra quanto com o produto da mesma (energia barata); a especialização produtiva nociva que a obra ajuda a realizar no estado do Pará e no país; as infrações, violações e inconstitucionalidades necessárias à viabilização do projeto e garantidas pelo Estado nacional; o comprometimento de recursos públicos do BNDES e o endividamento público gerado, etc., demonstram o gigantesco grau de inter-relações sociais a que está submetida a execução da atividade capitalista atualmente. A investigação verificou que os grandes empreendimentos capitalistas na atualidade devem ser compreendidos e conceituados como atividades *sociais* em um nível superior ao pensado até então, e que a esfera financeira especulativa não representa um universo paralelo à atividade econômica produtiva, mas sim um elemento intrínseco a esta.

As referidas prerrogativas do capital fictício, sobretudo em sua faceta parasitária¹¹ e levando em conta sua dimensão e importância, tal qual sugere os dados mencionados anteriormente, parecem sugerir que além da formação de uma estrutura econômica com um grau de instabilidade jamais visto na história do capitalismo, o crescimento de mecanismos de expropriação dos excedentes do trabalho social que vão além da relação patrão-empregado (mas concomitante a ela,

¹¹ Como anteriormente apresentado na nota de rodapé número 4, o conceito de capital parasitário refere-se àquele capital que, além de fictício, não contribui para a aceleração e dinamização do ciclo do capital, tal qual explicado por Marx no tomo III de O capital, sendo sua natureza única e essencialmente predatória e especulativa, acelerando as contradições que geram as crises.

obviamente), torna-se uma demanda irresistível, para a qual tudo converge.

O endividamento insustentável e generalizado parece ser a face mais imediata deste estado de coisas. No Brasil, o crescimento dramático do endividamento dos trabalhadores foi uma constante durante o pacto de classes estruturado em torno ao Plano Real:

A dívida das pessoas físicas aumentou de R\$ 113 bilhões em 2002 para US\$ 545 bilhões em 2012 (valores constantes de 2012). A dívida per capita (adultos), por seu turno, cresceu de R\$ 1.026,00 em 2002 para R\$ 3.457,00 em 2012; ou seja, 3,4 vezes maior. O extraordinário aumento do endividamento é evidente: a razão dívida per capita /salário médio subiu de 5,1% em 2002 para 16,6% em 2012; e, neste mesmo período, a razão dívida total das pessoas físicas / renda total do trabalhador cresceu de 12,1% para 29,2%. (GONÇALVES, 2013, p.13).

O aumento das contradições deste modo de reprodução da vida humana em sociedade se insinua pelo fato de que os elementos que são constituintes de seu ciclo natural e que historicamente foram causas e conseqüências do vigor de seu metabolismo, como a desvalorização da força de trabalho nas fases depressivas do ciclo industrial, não parecem mais capazes de originar ciclos ascendentes e dar impulso a etapas de acumulação a partir de estágios superiores de produtividade. Por conseguinte, com o termo *especialização*, alude-se, por exemplo, ao fato de que as grandes estruturas nacionais capazes de exercer influência decisiva sobre as taxas de investimento parecem estar paulatinamente mais sensíveis às necessidades e possibilidades do incremento do capital em sua forma financeira. Essa tendência se manifesta, entre outros, através do que talvez seja sua faceta mais dramática: a conversão institucional dos principais órgãos do Estado em facilitadores daquele incremento, o que se pode perceber na economia dependente brasileira quiçá de maneira ainda mais pura.

Como lembra mais uma vez (MUNHOZ, 2015), a partir dos anos 1990 os excedentes mundiais que migraram, sobretudo em forma especulativa, para economias dependentes como a brasileira levaram as mesmas a imobilizar grandes quantidades de recursos em dólares, próprios e/ou emprestados. Estes visavam sinalizar e garantir aos tais capitais o retorno em dólares a seus países de origem no caso de que suas aventuras de rapinagem resultassem em ganhos. Há alguns anos, o Brasil acumula as chamadas “reservas” em valores próximos aos R\$ 400

bilhões, com um altíssimo custo para o Tesouro, já que segundo o autor, a quase totalidade desses recursos é resultado da venda de títulos públicos a taxas de juros ainda maiores que a onerosa CELIC, e não de supostas sobras acumuladas.

A auditora Maria Lucia Fattorelli, através das investigações da Auditoria Cidadã da Dívida, denuncia os mecanismos de blindagem que através do Banco Central transferem somas gigantescas de recursos públicos aos setores financeiros e industriais, tais como:

Quase R\$ 1 trilhão em operações “compromissadas”, que na prática correspondem à remuneração de toda a sobra de caixa dos bancos à custa de emissão de dívida pública, que tem que ser paga por toda a sociedade. Escandalosas operações de “swap” cambial, que garantem aos bancos e grandes empresas a variação do dólar, somaram prejuízos superiores a R\$150 bilhões nos últimos meses, que foram cobertos com dívida pública, a ser arcada por toda a sociedade. (FATTORELLI, 2012)

Apesar de verificar-se também uma evidente pilhagem de recursos públicos por parte dos conglomerados industriais/financeiros em países como os EUA, esta se dá paralela a uma importante pressão do FED sobre o Estado para a manutenção de dispositivos soberanos que estabeleçam as condições para incentivar a manutenção do investimento e do emprego. Na economia brasileira, por outro lado, como evidenciado pelas características do trabalho nos setores que apresentaram maior dinamismo e/ou maior grau de exploração na última década, parece cada vez mais orgânica a relação entre os setores rentistas permeados pelo capital fictício e aqueles estruturados sobre a venda da força de trabalho abaixo do seu valor de produção.

À vista disso e do mencionado até aqui, podemos afirmar que: a permeabilidade cada vez maior da dinâmica da economia dependente aos fluxos nacionais e internacionais de capital fictício e parasitário, aponta a um inexorável aumento da “super-exploração” da força de trabalho no Brasil, ao passo que provoca um aumento do caráter fetichizado, obscuro e velado das reais fontes tanto do entesouramento privado quanto do aumento do fosso social entre ricos e pobres no Brasil.

Referências bibliográficas

ASSIS, Fernando Augusto de. *Capital fictício y socialización contradictoria en el Brasil post 1994: La hidroeléctrica de Belo Monte y los nexos entre Capitalismo dependiente financierizado y el Ser social*. Dissertação de Mestrado - Curso de Sociologia Econômica, Universidad Nacional General de San Martín, Buenos Aires, 2014.

Auditoria Cidadã da Dívida. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

CARCANHOLO, Reinaldo A. NAKATANI, Paulo. *Capital especulativo parasitário versus capital financeiro*. Revista Problemas del Desarrollo (Revista Latinoamericana de Economía), vol. 32, nº 124. México, D.F., enero - marzo de 2001. Pág. 09-31.

CHESNAIS, François. *Las finanzas capitalistas: para comprender la crisis mundial* / François Chesnais; Suzanne Brunhoff; Gerard Duménil. – 1ª ed. – Buenos Aires: Herramienta, 2009.

DIEESE. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos**. 2016. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

FATORELLI, Maria Lúcia. **Dívida Pública, Orçamento e Gastos**. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ChmYfkVDFSU>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

GOBETTI, Sérgio Wulff; ORAIR, Rodrigo Octávio. **Progressividade Tributária: A agenda negligenciada**. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6633/1/td_2190.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

GONÇALVES, Reinaldo. **Brasil Negativado, Brasil Invertebrado: Legado dos governos do PT**. 2013. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/r_goncalves_brasil_negativa_do_28_02_2013.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MARQUES, Rosa Maria; NAKATANI, Paulo. Crise, capital fictício e afluxo de capitais estrangeiros no Brasil. **Caderno Crh**, Salvador, v. 26, n. 67, p.65-78, jan. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v26n67/a05v26n67.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MARINI, Ruy Mauro. *Ruy Mauro Marini: Vida e obra*. Roberta Traspadini e João Pedro Stédile (Organizador-Tradutores). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. *El Capital: proceso de producción del capital* – 1ª ed. – Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

_____, *Prólogo de la Contribución a la crítica de la economía política*. Madrid,

Alberto Corazón Editor, 1970.

_____. *Introducción general a La crítica de La economía política – 1857*. Cuaderno de Pasado y Presente No1, Córdoba, 1975.

_____. Marx. K. *O Capital. Livro III, volume IV*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1980.

MUNHOZ, Dércio Garcia. *Crise da economia no Brasil- alta do dólar*. 2015. Disponível em: <<http://www.aepet.org.br/faixalivre/pagina/579/Programa-Faixa-Livre-24092015>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. *Gestão econômica e crise no governo do PT*. 2015. Disponível em: <<http://www.aepet.org.br/faixalivre/pagina/541/Programa-Faixa-Livre-26082015>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

_____. **Rebaixamento do Brasil, adiamento de julgamento das pedaladas e baixa do yuan**. 2015. Disponível em: <<http://www.aepet.org.br/faixalivre/pagina/541/Programa-Faixa-Livre-26082015>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

NAKATAMI, Paulo y MARQUES, Rosa Maria. *La crisis mundial y la economía brasileña*. (Texto preparado para a reunião da Rede de estudos da economia mundial (REDEM), 13 e 14 de outubro de 2011 em Santiago de Chile). Acesso em: <<http://marxismocritico.com/2012/05/20/la-crisis-mundial-y-la-economia-brasilena/>>

ORAIR, Rodrigo. **'Jabuticabas' consolidaram subtributação do lucro no Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/201cjabuticabas-consolidaram-subtributacao-do-lucro-no-brasil201d-7778.html>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Orgs.). Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

OURIQUES, Nildo. *Análise do quadro político e econômico do Brasil*. 2015. Disponível em: <http://www.aepet.org.br/faixalivre/pagina/570/Programa-Faixa-Livre-17092015?fb_comment_id=994734363927803_995022037232369#f33bfde409c2668>. Acesso em: 13 jul. 2017.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

SAKAMOTO, Leonardo. **“Lista de Transparência” traz 421 nomes flagrados por trabalho escravo**. 2015. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2015/09/08/lista-de-transparencia-traz-421-nomes-flagrados-por-trabalho-escravo.html>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

SANTOS, Chico. *Tesouro banca 51% dos empréstimos do BNDES*. Publicado em

Valor Econômico. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/2923618/tesouro-banca-51-dos-emprestimos-do-bndes>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

SOTELO VALENCIA, *América Latina: De crisis y paradigmas. La Teoría de la dependencia en el siglo XXI*. Ítaca, Ciudad de México, 2005.